



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
DIRETORIA-GERAL

PAD N.º 15538/2021

DESPACHO

R. h.

Versa-se, em suma, nos termos relatados e analisados pela **ASDIR – Doc. PAD N.º 169933/2021** acerca de solicitação da Secretaria de Gestão de Pessoas -SGP, visando a contratação de prestação de serviços técnicos profissionais especializados de capacitação “Servidor Público, Vida Pessoal e Bem estar” para celebração do Dia do Servidor no TRE-CE, através de palestra na modalidade EAD, com a empresa Conexão Serviços de Psicologia, inscrita no CNPJ sob o número 02.553.257/0001-04 consoante descrição expendido no objeto descrito no PROJETO BÁSICO PARA AÇÕES DE TREINAMENTO juntados neste autos eletrônicos.

A Seção de Licitações (SELIC) e a Assessoria da Diretoria-Geral (ASDIR), com ressalvas, opinaram pela possibilidade da contratação direta, tendo sido informada pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) a alocação de recursos.

Assim, observada a conveniência e oportunidade da administração, **autorizo a contratação, desde que atendidas as ressalvas apontadas pela ASDIR – notadamente quanto à justificativa do preço e à certidão emitida junto ao CADIN, e na qualidade de ordenador de despesas por delegação – (VIDE PORTARIA N.º 429/2021), por meio de inexigibilidade**, com supedâneo no Art. 25, II c/c o Art. 13, VI¹, da Lei n.º 8.666/93, adotando, como razões de decidir, as manifestações prestadas pela SELIC e ASDIR, *ex vi* art. 50, §1º, da Lei n.º 9.784/99.

¹ Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

[...] VI – treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...] II – para contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
DIRETORIA-GERAL

À SECAP, para providências, quanto à justificativa do preço do evento.

Em seguida, à SOF, para as providências que o caso requer, inclusive **Consulta ao CADIN**.

Por fim, à COLIC, para as providências pertinentes à contratação em referência, inclusive visando publicar extrato de inexigibilidade no DOU.

Fortaleza(CE), DATA REGISTRADA NO SISTEMA

DIRETOR-GERAL – TRE-CE

[ASSINATURA NO SISTEMA]